

Simpósio temático: **Urbanidade(s)**

ONDE ESTÁ A URBANIDADE: num bairro central de Berlim ou numa favela carioca?

Luciana da Silva Andrade, Doutora em Geografia UFRJ, PROURB/FAU-UFRJ

Resumo

Proponho discutir a noção urbanidade a partir de aspectos do cotidiano da favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, e do bairro de Schöneberg, em Berlim. Entendo que confrontar a urbanidade destes dois bairros, tão diversos, contribuirá para ampliar as possibilidades de compreensão de urbanidades distintas, o que pode ser rico para a construção e também a desconstrução de valores que permeiam esse termo. A Rocinha, com interações socioespaciais extremamente dinâmicas, e Schöneberg, com regras claras e públicas de produção do espaço edificado e de convivência social, muito podem falar sobre esse tema caro e controverso para arquitetos e urbanistas. O caráter preliminar da discussão que desenvolvo me faz assumir este texto como ensaio. A sua construção metodológica também é experimental: revejo a exposição da minha pesquisa de campo na Rocinha – construída sobre referencial teórico que envolve Sennett (1998), Gomes (2002) e Elias (1993) –, confrontando-a com a descrição da minha vivência como moradora de Schöneberg. Por fim, reinterpreto estas vivências à luz de uma abordagem da noção de urbanidade que privilegia maior atenção às práticas cotidianas, conforme proposto Maffesoli (2007). **Palavras-chave:** urbanidade, Rocinha, Schöneberg.

Abstract

I propose a discussion about the notion of urbanity based on the counterpoint between daily aspects in the shanty town of Rocinha, in Rio de Janeiro, and the district of Schöneberg, in Berlin. I understand that the comparison between such diverse neighborhoods will contribute to widen up the comprehension possibilities of different types of urbanity, which may be fruitful for the construction but also for the deconstruction of values attributed to that issue. Rocinha has an extreme variety of social and spatial dynamics, whereas Schöneberg, with such clear and well-known public regulations concerning the built space production and the social interactions may reveal a great deal about that issue which is dear and controversial for architects and urban designers. The preliminary aspect of the discussion that I develop leads me into the consideration of the present paper as an essay. Its methodological approach is also experimental: it leads me back to the experience of my field work at Rocinha – based on

theoretical references that include Sennet (1998), Gomes (2002) and Elias (1993). In the present methodological procedure I exam the differences between those theories and my living experience as an inhabitant of Schöneberg. Finally, I reinterpret these perceptions based no the notion of urbanity, as proposed by Maffesoli (2007), who drives special attention rather to people's daily practices than to theoretical constructions.

Key-words: urbanity, Rocinha, Schöneberg.

1. Notas preliminares

As discussões realizadas no âmbito do grupo @Urbanidade foram a motivação para a concepção deste texto¹. Durante parte significativa da existência do grupo virtual, minha participação foi nula. Embora eu tivesse algum interesse pelo debate – fato que me fez continuar vinculada ao grupo –, via as questões levantadas como periféricas aos meus interesses imediatos de pesquisa. De fato, estava mergulhada - e estou - nas prementes questões relativas ao direito à moradia. Iniciava a exploração do universo das ocupações de edifícios ociosos no Centro do Rio de Janeiro, o que me direcionou para a investigação de práticas cotidianas da população na busca de um teto.

Entretanto o debate sobre “urbanidade” não me era alheio. Na elaboração da minha tese de doutorado (Andrade, 2002), lidei com conceitos que tangenciam o tema, tais como os de democracia, cidadania e, especialmente, espaço público. “*No caso do espaço público a sociabilidade se transforma em civilidade, em comportamento que extrapola a simples maneira convencional que uma sociedade atribui ao homem educado de se apresentar e se conduzir [...]. Ela ganha uma dimensão nova nesse espaço, que é um universo de trocas e de encontros ...*” (Gomes, 2002: 163).

O @Urbanidade acabou então por contribuir para que eu resgatasse parte da discussão que desenvolvi e, também, lembranças de experiências pertinentes à reflexão sobre condições socioespaciais de interação nas cidades.

Assim, neste texto que assume caráter de ensaio, exponho aspectos da minha revivescência de urbanidade(s), oferecendo-me como cicerone àqueles que se interessarem por (re)fazer percursos pela Rocinha, no Rio de Janeiro, e por Schöneberg, em Berlim, na perspectiva de contribuir com o debate de urbanidade².

1 Parte deste debate pode ser acompanhado em Aguiar *et alli* (s/d).

2 Assumo neste texto uma forma que busca a aproximação com o leitor, inspirada particularmente em DaMatta (1987), que em “A Casa e a Rua” convida-o a visitar sua casa como uma referência metafórica do livro.

Uma vez que ao debate central do @Urbanidade, desenvolve-se paralelamente uma discussão sobre ciência, meu convite para uma caminhada conjunta é extensivo à própria arqueologia teórico-metodológica deste ensaio.

2. O ponto de partida

Morei em Berlim de dezembro de 2005 à dezembro de 2006. Em muito pouco tempo me apropriei da cidade, sentindo-me como uma verdadeira cidadã. Isto fez com que eu tivesse a sensação descrita por Caetano Veloso se referindo à Salvador da Bahia na letra de “Sampa”: senti ter encontrado o meu “sonho feliz de cidade”. De direito não era cidadã: era apenas uma estrangeira com visto legal por um ano. Mas a minha facilidade de adaptação à cidade foi tal que, antes mesmo de eu conseguir pronunciar frases simples em alemão, já tinha desenvolvido um domínio sobre ela que me permitia vivê-la como se estivesse na minha própria pátria. Este sentimento de cidadania estava relacionado tanto ao espaço físico quanto ao social. Em outras palavras, eu me sentia acolhida por estas duas dimensões do espaço berlinense³, que me davam uma liberdade para a vida urbana que eu nunca tinha sentido antes.

De fato, o mais surpreendente é que nunca tive – e continuo não tendo – a mesma sensação nem no Rio de Janeiro, nem em qualquer cidade brasileira. Enquanto a legibilidade socioespacial de Berlim é formalmente clara, o que me permitiu conquistá-la rapidamente, a do Rio não é. Mesmo morando aqui por quase meio século, preciso estar atenta às suas entrelinhas sob o risco de, literalmente, não sobreviver.

Sem dúvida, estou fazendo uma caricatura dual das duas cidades, pois quero ressaltar o paradoxo do fato de, como estrangeira, ter me sentido na capital da Alemanha reunificada mais cidadã do que me sinto no Rio de Janeiro, minha cidade natal e de moradia.

Essa contradição fica mais acentuada se observo os territórios periféricos da Cidade Maravilhosa. Posso mesmo dizer que precisei de uma espécie de passaporte para entrar na favela da Rocinha e realizar minha pesquisa de doutorado. Contudo, mais do que solicitar a minha entrada à alguma instituição local, explicando a razão das minhas visitas de campo, foi necessário ter um guia, tanto para me orientar nas

3 Aqui me refiro a Douglas Aguiar, que no debate do @Urbanidade se referiu à capacidade dos espaços serem acolhedores, tanto ou mais do que as pessoas.

suas vielas labirínticas, quanto – principalmente - para nelas legitimar a minha presença. Suspeito que a não observância destes procedimentos teria, em última instância, consequências muito mais graves para minha integridade física do que se eu tivesse permanecido clandestinamente em Berlim.

Conceituando urbanidade como a capacidade de acolhimento socioespacial dos lugares urbanos, a resposta à questão, título deste ensaio, estaria então respondida: a urbanidade pode ser encontrada no bairro de Schöneberg, onde morei em Berlim, e não na favela Rocinha, simplesmente porque lá os baixos índices de violência e a fácil legibilidade da cidade me acolheram rapidamente, enquanto cá, altos índices de violência urbana auxiliados por espaços herméticos criam insegurança.

Ainda que não considerando conscientemente a idéia de urbanidade, a constatação acima me perseguiu durante aproximadamente um ano depois do meu retorno ao Rio, reforçando uma melancolia decorrente da falta que me fazia uma estrutura urbana que proporcionava um verdadeiro conforto cotidiano⁴.

Por isso, eu considerava loucos os alemães que deixavam Berlim para viver no Rio, mesmo que temporariamente. Essa relação incômoda com a minha cidade começou a mudar quando Silke, uma estudante de paisagismo alemã, chegou ao Brasil e me procurou para conversarmos sobre o tema da pesquisa que ela realizaria por aqui. Marquei nossa primeira conversa no café do cinema Unibanco Arteplex, na Praia de Botafogo. Era uma tarde agradável de início de outono e por morar no mesmo bairro do ponto de encontro, optei por ir caminhando da minha casa para o café. A despeito de se tratar de um bairro da Zona Sul, área nobre da cidade, o percurso é marcado, em maior ou menor grau: 1. pela descontinuidade e má qualidade da pavimentação e do desenho das calçadas; 2. pelo estacionamento ou paradas irregulares de veículos automotores; 3. pela poluição sonora e visual; 4. por trechos com mau cheiro e lixo jogado nas ruas; 5. por fachadas pretensiosas, mas plasticamente medíocres, ou por outras com alguma qualidade estética, mas em mal estado de conservação ou desconfiguradas por adaptações mal planejadas; 6. pela ocupação das calçadas pelo comércio informal, e 7. toda sorte de outras características que reforçariam o argumento de que a urbanidade está mais próxima de Berlim, do que do Rio. Mas por qualquer motivo, neste percurso, eu estava sensível

4 Outros fatores contribuíam para isto, como por exemplo, o fato do custo de vida ser bastante barato se comparado a outras capitais da Europa, como Paris e Londres.

para um outro lado da dinâmica urbana carioca que certamente seduz não só muitos estrangeiros, mas também muitos de nós mesmos: a qualidade da interação socioespacial. Naquela tarde, pude observar que, nas calçadas e ruas da Praia de Botafogo, o movimento das pessoas não era essencialmente funcional. Lá elas se encontravam, conversavam, conviviam mesmo com quem não conheciam. Preciso alertar para o fato de que aí vislumbramos uma das paisagens mais lindas do Brasil, quiçá do mundo, o que certamente contribuiu para a inflexão no meu modo de olhar a cidade.

De todo modo, essa transformação no meu modo de perceber e viver a realidade socioespacial carioca se consolidou em uma paisagem bem menos contagiante. Em junho deste ano de 2010, fui a um lançamento de livro no Observatório de Favelas, ONG cuja sede fica no Complexo da Maré, uma das mais violentas áreas do Rio de Janeiro. Junto com o Complexo de Manguinhos e o do Alemão, a Maré constitui o que ficou conhecido como “Faixa de Gaza”, numa óbvia alusão às constantes guerras na região disputada por judeus e palestinos no Oriente Médio.

A despeito da minha familiaridade com territórios periféricos da cidade, não pude deixar de ficar apreensiva. Já havia bastante tempo que eu não ia à uma das comunidades que compõem a Maré e as notícias que eu recebia era que o local estava passando por um momento dramático do conflito entre facções rivais de quadrilhas de narcotraficantes e entre elas e a polícia.

Entretanto, ao lá chegar, fui surpreendida por um espaço com uma impressionante intensidade de vida social. Sem conseguir racionalizar sobre a qualidade da experiência que vivia, lembrei-me imediatamente do @Urbanidades e daí nasceu a idéia de debater o tema a partir das minhas vivências em territórios urbanos tão distintos: uma favela, numa cidade de um país ainda periférico, e um bairro, numa cidade de um país ainda central.

3. Digressões metodológicas:

O caráter preliminar da discussão que desenvolvo neste texto me faz assumi-lo como ensaio e não como artigo. A sua construção metodológica também é experimental: reapresento minha pesquisa de campo na Rocinha, que foi construída sobre um referencial teórico que envolveu Gomes (2002), Sennett (1998) e Elias (1993).

Confronto a pesquisa com a descrição da minha vivência como moradora de Schöneberg, para em seguida reinterpretá-las, à luz uma abordagem que privilegia a atenção às práticas cotidianas, conforme proposto Maffesoli (2007). Não apliquei propriamente o método desenvolvido pelo autor, apenas me guiei por algumas noções por ele desenvolvida, o que reforça a minha intenção de tratar este texto como um esboço.

3.1. Minha tese de doutorado

Construí minha tese de doutorado motivada por enfrentar uma lacuna decorrente da pouca importância que cientistas sociais davam ao espaço, especialmente o físico⁵. Reconhecia o fato de que a sociedade não era condicionada pelo espaço físico, mas entendia que seus atributos poderiam ou não dar maiores condições para o exercício da cidadania, ainda que não fossem suficientes para isto. Encontrei na geografia a abordagem que eu entendia ser adequada para lidar com esta complexidade da vida urbana. Se referindo às possibilidades de análise proporcionada pela disciplina, Paulo Gomes (2002: 15-16) afirma que “...a ordem espacial da cidade, isto é, sua disposição física unida à sua dinâmica sociocomportamental, são elementos fundadores da condição urbana”.

Imbuída desta ideia – e método – que não dissocia espaço e sociedade, parti para o que pode ser chamada de uma micro-geografia da favela da Rocinha, ou mais precisamente, uma geografia na escala da arquitetura⁶. Queria mostrar que, a despeito da importância e do privilégio da sua localização na cidade, suas condições físicas representavam, junto com renda, escolaridade etc, um dos entraves para o exercício da cidadania. Para isto, fiz, o quanto foi possível, uma ampla revisão do conceito de espaço-público, que me parecia adequada para a discussão que eu me propunha, pois

...um olhar geográfico sobre o espaço público deve considerar, por um lado, sua configuração física e, por outro, o tipo de práticas e de dinâmicas sociais que aí se desenvolvem. Ele passa então a ser visto como um conjunto indissociável das formas com as práticas sociais. É justamente sob este ângulo que a noção de

5 Este fato que eu vivenciava empiricamente numa experiência de avaliação interinstitucional do Programa Favela-bairro, foi ressaltado por Soja (2000).

6 Conforme observou Roberto Lobato Corrêa, professor do PPGG-UFRJ, na ocasião da defesa da minha tese.

espaço público pode vir a se constituir em uma categoria de análise geográfica. Aliás, esta parece ser a única maneira de estabelecer uma relação direta entre a condição de cidadania e o espaço público, ou seja, sua configuração física, seus usos e sua vivência efetiva. (Gomes, 2002: 172).

O que de mais relevante destaquei nos debates que envolviam a expressão foi a impessoalidade que o conceito de espaço público, tal como trabalhado, pressupõe. O espaço público seria, pois, um lugar onde existem normas horizontais de convivência. Consequentemente, no que diz respeito às práticas e dinâmicas sociais, a definição de público estaria relacionada a princípios ligados à democracia, o que significa dizer que as relações públicas não se desenvolveriam segundo lógicas familiares, religiosas ou outras, baseadas na força, em dogmas etc. Conforme destacou Sennett (1998: 16), *“Uma res publica representa, em geral, aqueles vínculos de associação e de compromisso mútuo que existem entre pessoas que não estão unidas por laços de família ou de associação íntima: é o vínculo de uma multidão, de um povo, de uma sociedade organizada, mais do que o vínculo de família ou de amizade.”*

O conceito de público, no século XVIII, estaria relacionado com o surgimento de formas de socialidade e espaços de interação *“que não dependiam de privilégios feudais fixos nem do controle monopolista estabelecidos por favores régios”* (Sennett, 1998: 32). De fato, a origem da forma de espaço público experimentado a partir do século XVIII teria começado a se esboçar no século XII ou XIII, quando a burguesia emergiu como um polo de forças entre os senhores feudais, príncipes e clero nas disputas pelo controle e produção das terras. O crescimento dessa nova classe social contribuiu para o enfraquecimento da aristocracia e o fortalecimento de um poder central que, à medida que passou a dispor de mais recursos financeiros decorrentes da cobrança de impostos, pôde monopolizar o uso da força física enquanto instrumento de coerção. Isto foi determinante para que as disputas entre pessoas e classes sociais passassem a ser realizadas no plano das ações de cortesia, incluindo-se aí o prazer pelo debate e pela argumentação (Elias, 1993). Por isso, com o tempo, se proteger na vida privada passou a não ser mais tão fundamental para o ser social, pois à medida que as relações humanas passaram a valorizar o diálogo e, em certo grau, se podia contar com a proteção do Estado no que diz respeito à integridade física, homens e mulheres se permitiram à exposição em público, ficando abertos *“...à observação de*

qualquer pessoa” (Sennett, 1998: 30).

Delineado o conceito de espaço público com o qual pretendia trabalhar, parti para a elaboração das estratégias e definição dos instrumentos para a pesquisa de campo. Já havia realizado várias incursões exploratórias pela favela, o que me permitiu ter alguma ideia não só da sua extensão física, como também da sua diversidade socioespacial que a constituía. Por isso, escolhi oito áreas que revelassem esta diversidade para me aproximar de suas realidades a partir de entrevistas semiestruturadas, fotografias e desenhos de observação. Também fiz o levantamento das ocorrências de conflitos relativos ao espaço físico registradas no Balcão de Direitos e no Posto de Orientação Técnica da Rocinha⁷.

3.2. Vivência X ciência

Diferentemente da Rocinha, não fiz pesquisa de campo em Schöneberg. Vivi lá para realizar uma pesquisa sobre a requalificação dos espaços públicos nos grandes conjuntos habitacionais – *Großsiedlungen* – construído pela República Democrática Alemã.

Por conta disto, seria aparentemente mais sensato estabelecer uma comparação entre a urbanidade – ou não urbanidade – da Rocinha e a de um destes conjuntos. Entretanto, eu tinha em mente trabalhar com duas realidades bastante distintas, quando decidi participar do fórum de discussão proposto pelo @Urbanidade para um Seminário Temático do I ENANPARQ. Entendia que esse confronto de realidades que soam tão opostas seria a melhor maneira de contribuir para o debate. Mas, mais do que isto, durante a concepção deste ensaio me dei conta de um fato decisivo para a manutenção da minha escolha: a despeito de ter pesquisado *Großsiedlungen* berlinenses, eu não teria tanta propriedade para falar de suas urbanidades quanto eu tenho para falar da urbanidade em Schöneberg, pelo simples fato de ter morado neste bairro. De fato, intuía ter condições para a análise que me propus, por ter vivido em Schöneberg impregnada pela consciência da noção de espaço público, da metodologia e da operacionalização da pesquisa construídas para a realização do meu doutorado. Enquanto vivi lá, não pude deixar de ser uma

7 O Balcão de Direitos era um serviço de assistência jurídica que a ONG Viva Rio desenvolvia na Rocinha. Para os conflitos relativos ao espaço construído, foi feita uma parceria com o Posto de Orientação Técnica – POT –, criado pela prefeitura (Andrade, 2002).

“observadora incorporada”, como nos alerta Rheingantz⁸, ainda que não tenha aplicado alguns dos instrumentos de pesquisa usados na Rocinha.

4. Espaço Público na Rocinha

A partir da aplicação do conceito de espaço público fundamentado no referencial teórico-metodológico da minha tese, conclui que certas práticas socioespaciais dos moradores da Rocinha e, especialmente, o espaço físico construído por eles, muitas vezes, comprometiam a constituição de espaços realmente públicos. Defendi que no espaço físico da Rocinha residia uma face da violência urbana, pois ele contribuiu substancialmente para a má qualidade de vida dos moradores em particular, e de todos os habitantes da cidade, de modo geral. A violência passiva dos espaços físicos minaria o cotidiano dos habitantes, comprometendo a constituição de espaços públicos.

Como eu imaginava, não foi possível chegar a uma conclusão objetiva sobre a hipótese por mim formulada de que não existiriam espaços realmente públicos na Rocinha. O porte da Rocinha e, especialmente, o interesse que suscita na mídia, em ONGs e em turistas estrangeiros⁹, lhe dá uma dimensão pública que muitos bairros da malha formal da cidade não têm. Mas esta publicidade, no sentido de Habermas (1984), não seria suficiente para caracterizar como públicos seus espaços coletivos não-edificados.

No interior da Rocinha, observei que praticamente todos os espaços livres eram passíveis de serem ocupados para atividades privadas como por bancas de vendedores ambulantes, por produtos expostos por comerciantes, por entulho de obra, preparação de comida, lavagem de roupa etc. Verifiquei nestas práticas a valorização de interesses privados em detrimento dos coletivos, o que feriria os princípios de espaço público. Outra constatação foi que a ocupação desenfreada dos espaços da Rocinha acabou por comprometer áreas que poderiam ser destinadas ao lazer, uma das grandes carências da população da favela.

Ressaltei, neste contexto, o papel do Estado que se eximia de uma regulação

8 Refiro-me aqui à Paulo Afonso Rheingantz, um dos membros do @Urbanidades. Sobre a observação incorporada, ver Rheingantz e Alcantara (2007).

9 Na ocasião da pesquisa de campo escrevi um artigo sobre a incursão de turistas na favela. Ver Andrade (2000).

e fiscalização mais efetiva do uso do espaço. Além disso, ele se mostrava ineficiente na educação pública, no seu sentido *stricto e lato* – na perspectiva de uma educação para a cidadania. Na verdade, sua própria atuação no sentido de produzir espaços públicos se mostrou parcialmente ineficaz, uma vez que não considerou aspectos importantes para o seu uso, como a acessibilidade e a importância da manutenção da amplitude de um importante espaço livre – o Largo dos Boiadeiros – que foi reduzido com a construção do núcleo de vendas.¹⁰

Na maior parte da favela, havia uma verdadeira fluidez dos limites entre os espaços coletivos e privados, o que acabava por quase fundir os dois. A presença expressiva de mulheres lavando roupas em áreas coletivas, o alto volume em que as músicas eram tocadas e, mesmo, o consumo de drogas em áreas coletivas, eram reveladores desta imprecisão, o que restringiria a esfera pública, uma vez que via que limites mais precisos eram necessários para o reconhecimento das distinções entre a vida pública e a privada (Gomes, 2002), ainda que entendesse que uma certa imprecisão destes limites fosse como natural.

A presença de regras não escritas que controlam o comportamento feminino nos espaços coletivos não-edificados na Rocinha foi por mim considerado outro indicador da fragilidade da sua dimensão pública. Ainda que a desigualdade de direitos no espaço público seja observada também em sociedades de países de economia central (MacDowell, 1999), o caráter de repressão para as mulheres apareceu de maneira mais explícita na Rocinha. Nas entrevistas pude confirmar que os códigos subliminares que regem o local não mascaram a apropriação e o controle destes espaços pelos homens, de modo que a eles é facultado decidir qual o caráter das mulheres que ousam desafiar estas regras.¹¹

Pela pesquisa, também ratifiquei o óbvio: que as redes de serviços públicos eram insatisfatórias em termos de atendimento qualitativo e quantitativo, a despeito de alguns investimentos realizados. Entretanto, percebia que do ponto de vista urbanístico, a falta de caráter público do espaço coletivo decorrente dos problemas de infraestrutura poderiam ser resolvido com programas de urbanização, da forma como estavam sendo implementados pelo Favela Bairro.

10 Em 2005 a Rocinha foi objeto de um concurso público para sua urbanização. Depois disto, o projeto foi integrado ao Plano de Aceleração do Crescimento – PAC – do Governo Federal. O projeto prevê a reconstrução do Largo dos Boiadeiros pela demolição do núcleo de vendas.

11 Considero importante registrar que, em 24 de outubro deste ano, a Rocinha teve sua primeira parada gay.

Para mim, o que ficava mais evidente no comprometimento da dimensão pública dos espaços da Rocinha residia nos aspectos do espaço físico que dizem respeito aos direitos de exercício da cidadania dos moradores e não podem ser alterados, mas apenas mitigados, em processos de urbanização. Em favelas como a Rocinha, que estão implantadas em encostas, a dificuldade de acessibilidade não é resolvida, só amenizada, quando becos são pavimentados e escadarias redimensionadas. Mostrei na pesquisa a “cidadania restrita” a que estavam submetidos os moradores das áreas menos acessíveis, que constituem a maior parte da favela. Além da dramaticidade das situações de emergência, mesmo enquanto consumidores de uma sociedade capitalista, eles pagam um sobrepreço para ter em casa uma mercadoria que moradores de áreas acessíveis não pagam. É importante destacar que a implantação de favelas em encostas mostra a face mais explícita da injustiça espacial¹². Porém, mesmo em favelas planas, onde por não haver declividades acentuadas os becos podem não apresentar escadarias, o problema também se repete se seu traçado for irregular e suas dimensões reduzidas.

Neste contexto, estava o problema do aumento da densidade da favela que resultava em edificações com vários pavimentos¹³, o que em vários casos implicava a existência de áreas de circulação que praticamente não recebiam iluminação natural. Por sua vez, em certos setores, este excesso de proximidade entre as casas e o fato delas serem majoritariamente cobertas por lajes faziam com que suas faces superiores formassem uma continuidade que facilita o acesso e o percurso de estranhos, comprometendo seriamente a privacidade e a segurança dos moradores. Neste caso, mais uma vez, eu percebia uma imprecisão muito grande entre o coletivo e o privado. Entretanto, eu notava, naturalmente, a gradação nesta imprecisão decorrente da diversidade intrafavela, o que indicava também a diferenciação de graus de cidadania, que tendia a ser maior entre os moradores das áreas com maior acessibilidade física.

A questão do acesso a um desenho do conjunto edificado de boa qualidade é uma outra questão que eu entendia comprometer a dimensão pública do espaço na Rocinha. A falta de revestimento ou a falta de manutenção das fachadas revelava um

12 Expressão cunhada por Soja (2000).

13 Um mestre de obras, morador da favela, afirmou que havia um prédio com oito pavimentos. Por sua vez, o engenheiro José Aírton Evangelista, Coordenador do POT, informou que existia um prédio de nove pavimentos, considerando as edificações escalonadas na encosta.

descuido com a face pública da moradia, que, se por um lado, poderia ser decorrente das precárias condições de vida do morador, por outro, significaria ser mesmo negligência com o exterior da moradia, uma vez que muitas casas na favela apresentam um bom padrão de qualidade no seu interior. Mas o problema maior era que as más condições de salubridade comprometem a qualidade da saúde pública na favela, fato que me foi alertado por técnicas em enfermagem do posto de saúde local¹⁴. A Rocinha apresentava um dos maiores índices de incidência de tuberculose do Brasil.

Alguns ingredientes produziam esta receita de espaço com dimensão pública bastante restrita, uma vez que ele não apresentava atributos físicos e sociais para constituir-se em espaço para todos. O poder público se mostrava omissos ao não desempenhar seu papel como distribuidor dos recursos para a infraestrutura urbana, fiscalizador do espaço construído e educador. A sociedade civil, formadora de opinião, também não se fazia presente cobrando maior distribuição e incremento da qualidade ambiental urbana, nem buscando interagir com moradores no sentido de democratizar saberes e conhecimentos. Por sua vez, os próprios moradores da Rocinha pareciam querer se beneficiar das vantagens de um lugar marginal onde não há limites para as práticas espaciais e para o próprio ato de edificar.

Considere, contudo, que a proximidade das construções na Rocinha contribuía para um tipo de interação social que causava perplexidade nos moradores das áreas formais da cidade. Neste sentido, ainda que muitas destas relações fossem calcadas no parentesco, pelo porte da favela, a maior parte das interações sociais ocorreria numa perspectiva impessoal, o que indicava uma semente de vida pública. (Sennett, 1998). Os locais de concentração comercial diversificada, em algumas áreas da Rocinha, contribuía mais ainda com essa dinâmica social que, no caso do Largo dos Boiadeiros e adjacências, fomentava usos muito além do seu caráter instrumental. Ainda que fosse necessário tomar alguma precaução para não infringir códigos de comportamento não escritos, nestes locais era possível circular sem a companhia do “guia”, o que representava a garantia ao direito de ir e vir de qualquer pessoa (Gomes, 2002; Sennett, 1998).

14 Ver Andrade (2002).

Fig. 1. Vista de trecho da Rocinha. Fotografia tirada do setor chamado “Roupa Suja”, um dos mais precários da favela

5. Espaço Público em Schöneberg

Schöneberg é um bairro localizado na área centro-sudoeste de Berlim. No século XIX foi, junto com Charlottenburg e Wilmersdorf, formado por edifícios com apartamentos de bom padrão, diferentemente de outras partes da cidade construídas como bairros operários. Na virada do século, em decorrência do grande crescimento econômico da Alemanha, sua capital experimentou um impressionante crescimento que implicou o envolvimento da cidade antiga por um tipo de urbanização concebido pelo plano de James Hobrecht. A cidade cresceu com quadras de blocos perimetrais de edifícios de cinco andares, conhecidos por *Mietskasernen*. Apesar dos problemas de insalubridade observados nas *Mietskasernen* dos bairros operários de Berlim, o plano de Hobrecht dotava a cidade de um traçado urbano com princípios de conforto, o que deu à cidade uma condição espacial privilegiada. (Ladd, 1998; Colquhoun, 2004; Haubrich, Hoffmann, Meuser, 2005; Hall, 2007).

Embora a Segunda Guerra Mundial tenha alterado significativamente a densidade construída de Berlim, parte não desprezível de sua reconstrução no pós-guerra preservou a configuração das *Mietskasernen*. Boa parte de Schöneberg apresenta o que pode ser chamado de traçado de cidade tradicional, ainda que apresente construções que criaram uma ruptura com este tecido urbano. Lá pude

observar que as práticas socioespaciais correspondem em linhas gerais ao desenho do conceito de espaço público que trabalhei na minha tese. Tanto o espaço físico, quanto o social apresentam características que não restringem a liberdade e consideram a igualdade dos indivíduos: as regras de comportamento no espaço público são claras e, de certa forma, se rebatem no espaço físico. Um exemplo disto é a existência de calçadas pavimentadas em toda a extensão não só no bairro, como de toda a cidade, mesmo as suas porções mais periféricas.¹⁵

Embora Berlim também tenha as suas “*no go areas*”, conforme destacou um político local na ocasião da Copa do Mundo de 2006¹⁶, Schöneberg está situada no perímetro onde a cidade é mais tranquila, tolerante e multicultural. Era isto que, associado à certeza de proteção institucional e de observância das regras urbanas, fazia eu me sentir à vontade para reclamar quando, por exemplo um automóvel comprometia a circulação de pedestres ou bicicletas. A consciência da lógica que norteava as práticas socioespaciais berlinenses me possibilitava a sensação de ser cidadã.

Os limites entre o público e o privado são, em Schöneberg, como em praticamente toda Berlim, muito bem definidos. As atividades domésticas são realizadas no âmbito doméstico. De modo geral, o respeito ao espaço do outro pode ser percebido pelo baixo volume do som, inclusive das vozes¹⁷. Ressalvas podem ser feitas à relação dos alemães e outros povos do norte da Europa com o corpo: pessoas nuas podem ser vistas tomando sol nas praças e parques durante o verão. Mas isto não pode ser considerado propriamente uma atividade privada realizada em espaço público, uma vez que os códigos de conduta locais restringem o voyeurismo: quem olha é que está cometendo um ato repreensível.

Aquela apropriação diferenciada em relação ao gênero observada na Rocinha é bastante diferente em Schöneberg. Entretanto, embora praticamente não haja constrangimentos para as mulheres vivenciarem o espaço público, não só alertas são dados para que precauções sejam tomadas à noite, como também, até mesmo, mulheres têm preferências em vagas de automóveis próximas aos lugares de maior

15 Fato que pude observar nas minhas visitas de campo a vários conjuntos habitacionais periféricos.

16 Este fato que gerou muita polêmica na imprensa, pois Berlim era uma das grandes cidades européias com os mais baixos índices de violência urbana.

17 Me surpreendeu que até mesmo cachorros fossem tão silenciosos.

movimento em shoppings e outros estacionamentos coletivos para serem protegidas do risco de violência sexual. Muita atenção neste sentido é destinada à proteção das crianças.

A despeito disso, a liberdade e a igualdade no espaço público de Schöneberg são confirmadas no direito de homossexuais femininos e masculinos expressarem seus afetos no espaço público, tal como ocorre com heterossexuais, ainda que efetivamente, ambos os grupos revelem-se bem mais contidos na manifestação dos afetos do que brasileiros, de modo geral.

O bairro, como toda a cidade, especialmente nas áreas mais centrais, é muito bem servido de transporte público, de equipamentos culturais e de áreas de lazer. A acessibilidade universal é considerada no desenho das calçadas e nas diferentes modalidades de transporte.

O espaço edificado é o resultado de décadas de planejamento socioespacial que proporciona ao espaço público qualidade estética e também ética, uma vez que a estrutura sócio espacial de Berlim não contribui mais, como foi na época da consolidação das *Mietskasernen*, para a disseminação de doenças endêmicas. Ainda que, em Schöneberg, o espaço público seja tomado por muitos usos temporários, como a ocupação por mesas de bares ou a exposição de mercadorias, isto é sempre realizado de acordo com as normas públicas. As próprias pessoas se demonstravam atentas à circulação dos outros, de modo que normalmente não obstruíam passagens. Pelo contrário, quando isto ocorria, aquele que tinha seu percurso interrompido se sentia no direito de desobstruir a passagem empurrando as pessoas que lhe atrapalhavam. Do mesmo modo, a indignação pela não observância de uma regra, como atravessar fora da faixa ou no sinal verde, poderia gerar repreensões agressivas por parte de algum indivíduo zeloso da ordem no espaço público. Isto poderia ocorrer, ainda que Berlim não traduza propriamente o ideal alemão de organização¹⁸.

Esses gestos são parcialmente indicativos da qualidade da interação social na ruas de Schöneberg. A pouca comunicação entre as pessoas nos espaços públicos era objeto de comentários entre alemães e estrangeiros. Em várias ocasiões fui alertada para o fato das pessoas sequer se olharem. Schöneberg e toda a cidade é palco de um encontro multiétnico que, entretanto, não se realiza plenamente, pois a comunicação é

18 Num passeio de bicicleta que realizei com um amigo alemão, acusei-o de ter “cariocado” quando ele seguiu deliberadamente pela contramão da ciclovia. Ele retrucou, argumentando que tinha “berlinado”.

atrofiada. Aqui, considero importante remeter à Sennett (1998), quando ele alerta para o declínio do homem público:

Em meados do século XIX, cresceu em Paris e em Londres, e depois em outras capitais ocidentais, um padrão de comportamento diverso daquele conhecido em Londres e em Paris um século antes, ou que é atualmente conhecido na maior parte do mundo não-ocidental. Cresceu a noção de que estranhos não tinham o direito de falar, de que todo homem tinha como um direito público um escudo público, um direito de ser deixado em paz¹⁹. O comportamento público era um problema de observação e de participação passiva (...). Balzac chamava-o de 'gastronomia dos olhos'; a pessoa está aberta para tudo e nada rejeita a priori de sua esfera de ação, contanto que não tenha de se tornar um participante ou se envolver numa cena. (Sennett, 1998: 43).

Fig 2. Foto da Arkazienstraße, próximo da Apostel-Paulus-Kirche, em Schöneberg

6. Onde está a urbanidade?

Voltamos à pergunta título deste ensaio. As descrições das minhas vivências da Rocinha e de Schöneberg parecem ratificar o afirmado na introdução: a urbanidade

¹⁹ Grifo meu.

estaria em Schöneberg. Certamente, esta conclusão é decorrente do fato de eu ter estruturado minha pesquisa de campo na Rocinha sobre um conceito de espaço público que leva em conta a realidade socioespacial dos países centrais europeus.

Entretanto, ao repensar o conteúdo das descrições das minhas revivescências nesses dois espaços urbanos, considerei fundamental, ao trabalhar com urbanidade, substituir o conceito pela noção, conforme sugerido por Maffesoli (2007: 64): “... a monovalência de um valor em vias de mundialização se desagrega e cede o passo ao politeísmo. O conceitual duro e rigoroso tende a obliterar-se ante a noção mole e polissêmica.”

Desse modo, no fim da descrição da Rocinha e de Schöneberg, enfoco um aspecto importantíssimo, mas pouco explorado por mim anteriormente. Na favela carioca, muito mais do que no bairro berlinense, encontrei um ingrediente fundamental do espaço público, que segundo Sennett (1998), teria se perdido nas cidades ocidentais – leia-se europeias e norte-americanas - a partir do século XIX: o desejo de comunicação interpessoal.

Ainda que o bairro central de Berlim apresente um maior número de características para a existência de uma efetiva urbanidade, entendo não ser possível atribuir aos bairros periféricos cariocas e brasileiros, particularmente à Rocinha, o estatuto de lugares sem urbanidade, a despeito dos problemas do espaço edificado, das práticas sociais e da violência urbana – que está na favela, mas não é da favela, como alertaria Valladares (2005). Eu não diria, até mesmo, que se tratam de graus diferenciados de urbanidade, pois neste caso, teria que admitir que a Rocinha estaria numa escala de urbanidade inferior a de Schöneberg. Como entendo não existir a urbanidade perfeita ou ideal, creio que é mais adequado pensar em diferentes urbanidades. Isto abre tanto a possibilidade de manutenção do valor da urbanidade conquistada nos bairros centrais de Berlim, quanto reconhece a grande potencialidade da urbanidade manifestada na demanda pela negociação, revelada nas práticas socioespaciais dos moradores da Rocinha.

A urbanidade de Schöneberg é moderna, constituída principalmente pela impessoalidade e pela funcionalidade, a despeito da democratização evidenciada pela homogeneidade da qualidade do espaço urbano que reflete e retroalimenta a cidadania (Gomes, 2002). Parece-me que, neste caso, a questão reside no risco do desencontro e na limitação das trocas resultantes da redução do papel de mediação desempenhado no

espaço público.

Na Rocinha e em outras favelas, as práticas socioespaciais – que podem ser consideradas exacerbações das práticas observadas em vários espaços da cidade (Andrade, 2002) – parecem reclamar uma outra urbanidade que não a moderna: uma urbanidade da pessoa e não a do indivíduo, uma urbanidade que demanda a negociação, a troca, a comunicação.

Mesmo reconhecendo vestígios de uma sociedade oligárquica nessas práticas, como indicou DaMatta (1987) e eu mesma em minha tese de doutorado (Andrade, 2002), considero ser necessário ter uma atitude mais generosa na análise da urbanidade reinventada por brasileiros e brasileiras comuns, superando a crença de que suas práticas e dinâmicas socioespaciais são decorrentes de falta de civilidade, ou de forma mais ampla, de ausência de urbanidade.

Em tempos de sensíveis transformações mundiais, quando o Brasil desponta como uma das fortes economias mundiais, considero adequado finalizar este ensaio com um pensamento de Elias (1993: 267). *“Períodos como este, períodos de transição, proporcionam uma oportunidade especial à reflexão: os padrões mais antigos foram contestados, mas os novos ainda não surgiram. As pessoas se tornam mais incertas em termos de conduta. A própria situação social transforma a 'conduta' em problema agudo. Nessas fases – e talvez apenas nelas – ficam abertas à discussão na conduta muitas coisas que as gerações anteriores consideravam como certas e naturais.”*

Referências

- AGUIAR, D. *et alli.* (s/d). E-debates @ urbanidade. In: <http://www.urbanismo.arq.br/> (acesso em 20 de outubro de 2010).
- ANDRADE, L. S. (2009). Habitação Social no Século XX: convergências e divergências entre as produções carioca e berlinense. In: Machado, D. P. (org.). Tipo e urbanismo: novas espacialidades no século XX. 1 ed. Porto Alegre: Marca Visual.
- ANDRADE, L. S. (2008). Uma cidade vista através da outra: espaços públicos em conjuntos habitacionais do Rio de Janeiro e em Siedlungen de Berlim. In: Vaz, L. F. ; Andrade, L. S.; Welch, M. (org.). Espaços públicos nas políticas urbanas: estudos sobre o Rio de Janeiro e Berlim. Rio de Janeiro: 7Letras.
- ANDRADE, L. S. (2002). “Espaço público e favela: uma análise da dimensão pública dos espaços coletivos não-edificados da Rocinha”. Rio de Janeiro: UFRJ, Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG/UFR. (Tese de Doutorado).
- ANDRADE, L. S. (2000). A Pobreza Pitoresca: a favela da Rocinha no cenário turístico carioca. Apresentado no Seminário Internacional Gestão da Terra Urbana e Habitação de Interesse Social. Campinas: FAU/PUC-Campinas.
- COLQUHOUM, A. (2004). Modernidade e Tradição Clássica: ensaios sobre arquitetura

- 1980-1987. São Paulo: Cosac & Naify.
- DAMATTA, Roberto (1987). *A Casa e a Rua: Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- ELIAS, N. (1993). *O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (volume 2)
- GOMES, P. C. C. (2002). *Condição urbana: estudos de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- HABERMAS, J.. (1984). *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- HALL, P. (2007). *Cidades do Amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no Século XX*. São Paulo: Perspectiva.
- HAUBRICH, R.; HOFFMANN, H. W.; MEUSER, P. (2005). *Berlin – Der Architektur Führer*. Berlin: Verlagshaus Braun.
- LADD, B. (1998). *The Ghosts of Berlin: confronting German history in the urban landscape*. Chicago and London, The University of Chicago Press.
- RHEINGANTZ, P. e ALCANTARA, D. *Cognição experiencial, observação incorporada e sustentabilidade na avaliação pós-ocupação de ambientes urbanos*, Revista Ambiente Construído Porto Alegre, v.7, n1, 2007.
- SENNETT, R (1988). *O declínio do homem público*. São Paulo: Companhia da Letras.
- SOJA, E.W. (2000). *Postmetropolis: Critical Studies of Cities and Regions*. Oxford: Blackwell Publishers.
- VALLADARES, L.P. (2005). *A Invenção da Favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.